

AVALIAÇÃO EXTERNA E O CONTROLE DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR: O CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ

Adriana Jeronimo da Silva Araújo; Carolina Nozella Gama

Universidade Federal de Alagoas: adriljeronimo@yahoo.com.br; carolina.gama@cedu.ufal.br

Resumo: Este trabalho objetiva analisar de que forma estão ocorrendo os processos avaliativos e de ensino e aprendizagem em uma escola estadual do município de Maceió, e como estes processos têm influenciado no trabalho pedagógico do professor (a) e no currículo da escola como um todo. O presente artigo é baseado em um trabalho de conclusão de curso que tem como problemática as avaliações externas. A investigação ocorreu em uma turma do 5º do Ensino Fundamental durante quatro meses no ano de 2017, observação realizada tendo como foco a Prova Brasil e outras avaliações externas como: Provinha Brasil e Prova Alagoas. De acordo com as observações realizadas na escola percebe-se que os processos de avaliação e ensino estão sendo conduzidos tendo em vista a obtenção de resultados como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), fragmentando e aligeirando o currículo, bem como a organização do trabalho pedagógico escolar. A partir desse objetivo da escola de elevar o seu IDEB, a mesma propõe, sistematiza, controla e alinha as práticas educativas que devem ser desenvolvidas pelos professores (as) na sala de aula. Dessa forma, concluímos que os processos educativos pautados nas avaliações externas são fortes instrumentos de controle e padronização do ensino que é ofertado na escola, comprometendo o direito de ensinar e de aprender, direcionando o trabalho educativo para um achatamento do currículo escolar e o rebaixamento da formação dos alunos.

Palavras-chave: Educação escolar, avaliações externas, trabalho pedagógico.

Introdução

Este trabalho objetiva analisar a forma como estão ocorrendo os processos avaliativos e de ensino e aprendizagem em uma escola estadual do município de Maceió, e como estes processos têm influenciado o trabalho do professor (a) e o currículo da escola como um todo. O presente estudo faz parte das discussões e das reflexões desenvolvidas com base em um Trabalho de Conclusão de Curso que tem como problemática as avaliações externas.

Falar dos processos de avaliação e de ensino e aprendizagem requer sobretudo desenvolver metodologias capazes de ampliar e significar a prática pedagógica escolar que está sendo desenvolvida pelo professor (a) na sala de aula. Quando não acontece esta significação por parte do professor ou do estudante, os processos mencionados podem caracterizar apenas um procedimento mecânico, automático e avaliativo. Avaliativo no sentido apenas de quantificar e mensurar o ensino praticado pelo professor (a) e as aprendizagens assimiladas pelos estudantes por meio de testes, simulados, exames e provas.

Desse modo, discutimos como o trabalho pedagógico e o currículo da escola mencionada sofrem alterações com os processos avaliativos que são praticados na mesma,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sejam eles internos ou externos. Sabe-se, que atualmente as avaliações externas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal têm uma importância na educação brasileira devido aos indicadores de “qualidade” que foram projetados e justificados para esse fim. Embora essa qualidade esteja em moldes delineadores que quantificam em números e determinam apenas uma pequena parcela do conhecimento escolar, focalizando em áreas específicas do currículo como Língua Portuguesa e Matemática.

Portanto, com esse trabalho queremos problematizar o ensino que é ofertado nessa escola, apresentando um panorama significativo e atual do que ocorre na mesma a partir das observações realizadas e o referencial teórico estudado. Problematizar no sentido de perceber a educação escolar não como uma máquina de produzir números que ateste sua “qualidade”, mas como um instrumento importante de socialização de conhecimentos e da cultura.

A partir dessa discussão encontramos nos estudos de Fernandes e Freitas (2007), a concepção de escola como um lugar de construção de conhecimentos, valores sociais, políticos, culturais etc. Nesta perspectiva, partimos do pressuposto de que a instituição escolar deve promover e proporcionar aos sujeitos uma formação que possibilite aos mesmos aprendizagens significativas e condizentes com o desenvolvimento cognitivo, social, político e cultural. Para os autores, a avaliação deve estar situada em um processo contínuo e formativo, ou seja, processos avaliativos pautados na identificação dos avanços, das potencialidades e das possíveis dificuldades dos estudantes no seu percurso educacional.

Freitas (1995; 2014), enfatiza nas suas investigações acerca das avaliações externas, que as mesmas interferem no ensino, ou seja, influenciam e impactam diretamente na organização do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor (a), o que põe em risco a autonomia do professor (a). Para o autor, as avaliações em larga escala alteram as práticas de ensino, provocando mudanças nos processos avaliativos e contribuem para o controle e a padronização dos conteúdos escolares. Tal padronização está relacionada com a organização curricular da escola, ou seja, o currículo passa por uma fragmentação em favor de práticas que levem a escola a resultados satisfatórios que indiquem uma “melhoria significativa” nas avaliações externas, como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Para (AU, 2007 apud FREITAS, 2014, p.1099), a padronização e o controle atingem todas as categorias do processo didático (conteúdo/método e objetivo/avaliação). Isto quer dizer que as avaliações externas modificam e atingem os processos avaliativos internos da escola, o ensino e a aprendizagem, o currículo escolar e conseqüentemente os objetivos pré-definidos no Projeto Político Pedagógico. Essas interferências na educação escolar expressam

uma precarização e um rebaixamento da formação dos sujeitos, através de um estreitamento curricular e uma seletividade dos conteúdos escolares pautada no que “cai na prova”. Desse modo, essas questões mencionadas trazem à tona que as aprendizagens dos estudantes estão sendo quantificadas em números, em índices e sobretudo em um esvaziamento dos conhecimentos sistematizados historicamente pela humanidade. Conhecimentos importantes para o desenvolvimento humano.

Lazaretti (2016), pautado em Saviani, identifica o currículo como um conjunto de atividades nucleares, isto se refere, que não é qualquer atividade ou qualquer conhecimento o objeto da educação escolar. Mas, saberes educacionais que orientam as práticas pedagógicas escolares que devem ser introduzidas e articuladas na forma de ensino. Ou seja, é a organização de conhecimentos significativos, essenciais e importantes para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e autônomos na sociedade. Isto pressupõe que os conteúdos do currículo escolar não devem ser desviados do seu propósito principal o de promover conhecimento e o amplo desenvolvimento dos sujeitos. A autora conclui que o currículo deve estar sempre relacionado aos conteúdos de ensino e que os mesmos devem estar estruturados aos objetivos e metodologias que promovam a transmissão-apropriação dos saberes escolares, ações educacionais intencionais e desenvolventes.

Neto e Aquino (2009), nas suas reflexões destacam a avaliação como um instrumento imprescindível na tomada de decisões, é a partir dessa perspectiva de avaliação que o professor (a) deverá desenvolver práticas pedagógicas escolares que contemplem não apenas as suas aulas, mas a individualidade de cada estudante no processo formativo. Em linhas gerais isto significa dizer que, a avaliação nesse sentido, promove uma prática reflexiva do que ocorre nos processos de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo possibilita um planejamento acerca das ações educativas que acontecem na sala de aula. É válido enfatizar mais uma vez que, avaliação com esse sentido promotor de desenvolvimento é definido como um mecanismo de se obter informações acerca do que o estudante já sabe e o que deverá saber no seu percurso educativo, o que orientará o planejamento de ensino.

Luckesi (1995 apud NETO & AQUINO, 2009), destacam que avaliação em muitas escolas estão sendo praticadas, consideradas e perpetuadas apenas como um instrumento quantitativo, ou seja, um mecanismo com a funcionalidade de medir por meio de notas ou conceitos o desempenho e o nível das aprendizagens dos estudantes. Isto significa dizer, que a partir desse cenário a avaliação encontra-se nos moldes excludentes e seletivos.

Araújo e Gama (2017), compreendem que o papel social da escola está ligado à promoção do desenvolvimento dos alunos, ou seja, é ser propulsora de conhecimentos que

ampliem, valorizem e transformem o homem. Para as autoras, a avaliação da aprendizagem caracteriza-se como instrumento capaz de mobilizar, significar e conduzir o processo formativo para um desenvolvimento crítico e cada vez mais autônomo dos sujeitos. Para as mesmas, a educação escolar deve possibilitar conhecimentos que de fato, sejam desenvolvendo e humanizadores. Defendem que a avaliação formativa pode contribuir com este processo. “A escola como um lugar de socialização do conhecimento não pode reduzir-se em função das avaliações pautadas em números. Números que refletem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, atingimentos de metas sem a superação das desigualdades educacionais” (ARAÚJO e GAMA, 2017, p.10).

Metodologia

Como foi mencionado no início deste artigo, o estudo desenvolve-se com base em um Trabalho de Conclusão de Curso que tem como temática as avaliações externas. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu na revisão bibliográfica, estudo de campo e documental.

A pesquisa de campo encarregou-se de observar durante quatro meses o trabalho pedagógico de uma professora do 5º ano do Ensino Fundamental, observação atenta às influências das avaliações externas como por exemplo: Provinha Brasil e Prova Alagoas, no cotidiano escolar. Estas observações referidas ocorreram em uma escola estadual do município de Maceió no ano de 2017.

Além das observações de campo efetuadas, o referido estudo conta com as seguintes fontes: pesquisa documental e bibliográfica. Acerca desse tema foram pesquisados sites oficiais das esferas Federal, Estadual e Municipal: Ministério da Educação (MEC); Itamaraty; Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC, AL) e Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMED-Maceió/AL). Para a pesquisa bibliográfica foram examinados trabalhos que tivessem relação com a problemática apresentada: Fernandes e Freitas (2007); Freitas (2014,1995); Laranzetti (2016); Neto e Aquino (2009), entre outros.

Resultados e Discussões

A partir dessa pesquisa compreende-se que os processos de avaliação e ensino estão fortemente submetidos a esforços dedicados a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo as avaliações externas como seu principal instrumento para o

atingimento do mesmo. Segundo o MEC (2018), através das avaliações mencionadas objetiva-se e justifica-se sintetizar dois conceitos básicos e importantes para a “qualidade da educação brasileira”: a aprovação e média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática. Com base nessa afirmação do MEC, pode-se perceber que há um projeto de ensino ideologicamente pensado e programado para alcançar níveis educativos semelhantes a de outros países. É o que aponta e defende o MEC (2018), quando enfatiza que o Brasil deve atingir metas bianuais para se avançar no que diz respeito, a um nível instrucional compatível com a média educacional de outros países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); mesmo que esse atingimento de metas esteja marcado pela fragmentação do conhecimento escolar, precarizando o ensino e a formação dos estudantes. Em estudo anterior Araújo e Gama aponta que:

Nesse sentido, a escola encarrega-se de qualificar e considerar uma formação fundamentada em exames e testes padronizados, permitindo uma precarização e um rebaixamento dos conhecimentos ofertados para as classes populares, o que impede de certo modo, uma formação integral e elege um conhecimento parcial das capacidades cognitivas, sociais e políticas dos sujeitos (ARAÚJO e GAMA, 2017, p. 06).

Segundo o MEC (2018), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um mecanismo que foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a finalidade de medir e monitorar a qualidade da educação e o desempenho dos estudantes da educação básica, projetando e delineando inclusive metas para esse fim. Metas que estipulam índices, números e resultados como se a educação fosse um campo meramente mecânico e apartado dos contextos sociais, culturais e financeiros dos estudantes das escolas públicas.

Conforme Brasil (2018), a (OCDE) é formada por 35 países que em conjunto debatem temas convergentes entre si, como por exemplo: questões econômicas, financeiras, sociais e ambientais. É a partir do ingresso a (OCDE), que os países têm buscado uma equidade em relação aos países mais desenvolvidos. Este ingresso e a permanência dos mesmos equivaleria à obtenção de um “selo de qualidade”, selo este que poderia proporcionar o estabelecimento de investimentos e a consolidação das reformas econômicas. Ainda segundo Brasil (2018), o Brasil com a intenção de obter este “selo de qualidade” dedica-se a (OCDE), desde o início da década de 1990, com esse estreitamento de relações entre as partes mencionadas. O Brasil tem participado efetivamente das tomadas de decisões da organização como “associado”, “participante” ou “convidado” e a partir dessa integração já aderiu a 26 recomendações e outros instrumentos da organização.

A partir desse cenário apresentado, entende-se que a qualidade da educação básica brasileira está estritamente articulada com as demandas e as necessidades de um agrupamento de países que têm os mesmos objetivos econômicos, financeiros, sociais e ambientais etc. Entretanto, apesar dos mesmos terem as mesmas finalidades descritas anteriormente, não apresentam a mesma realidade, seja ela financeira, cultural, econômica, social, política e ideológica. Embora os países associados discutam temas correspondente entre si, ainda assim, há uma discrepância entre eles. Discrepância no sentido, de compreender que a educação, seja, “aqui ou ali” tem um modo de ser, há particularidades em cada ato educativo e por essa razão não pode ser mediada por convenções que limite o direito de ensinar e aprender.

Como mencionado no início deste trabalho, o mesmo partiu de observações que foram realizadas durante quatro meses em uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual do município de Maceió, no ano de 2017. As observações realizadas nessa turma surgiram das inquietações acerca da organização do trabalho pedagógico escolar que é praticado e conduzido pelo professor (a) em meio as avaliações externas. Nesse sentido, embora a escola tenha em seu currículo todas as áreas de conhecimento escolar que possibilitem aprendizagens significativas e que promovam desenvolvimento humano, ainda assim, não estão sendo trabalhadas para proporcionar uma formação consistente e desenvolvente. “Sabe-se que as avaliações externas já estão consolidadas no nosso Sistema Educacional Brasileiro, acontecendo sistematicamente em nível nacional, municipal e estadual, interferindo na organização do trabalho pedagógico escolar” (ARAÚJO e GAMA, 2017, p.1).

A partir das observações realizadas na instituição escolar, e principalmente na turma do 5º ano, constatamos que o currículo escolar encontra-se em uma posição fragmentada e vulnerável, o que caracteriza que o mesmo está sendo suprimido em sua “amplitude”. Suprimido no sentido de restringi-lo às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em favor das avaliações externas, estas que atualmente fazem parte efetivamente do cronograma escolar da instituição e de muitas outras. O currículo apresentado é um forte indício de que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está “acima” de um ensino desenvolvente, significativo e promotor de conhecimentos essenciais para uma formação superadora das desigualdades sociais e educacionais. “Pensar a avaliação e seus processos no âmbito das reflexões acerca do currículo escolar reveste-se de grande importância pelas implicações que podem ter na formação dos estudantes” (FERNANDES e FREITAS, 2007, p.17).

Nesse sentido, a escola com o objetivo de elevar o seu (IDEB), propõe, sistematiza, controla e alinha as práticas educativas que devem ser desenvolvidas pelos professores (as) na sala de aula, isso, para garantir uma aprovação e conseqüentemente a elevação da “qualidade do seu ensino”. Mas, o que seria essa qualidade do ensino? Práticas educativas voltadas exclusivamente para a obtenção de resultados, um ensino em função das avaliações externas. Desse modo, o currículo da escola configura-se como um instrumento reduzido e modulado para atingir metas externas e não como um orientador de práticas educativas humanizadoras. Nesse sentido, Laranzetti esclarece que:

O currículo é um guia, um instrumento útil e necessário para direcionar a prática pedagógica. Por esta função, não se pode limitar-se a enunciar uma série de intenções, princípios e orientações gerais muitas vezes distantes da realidade das salas de aula, nem listar programas conteúdos desarticulados com fim nele mesmo (LAZARETTI, 2016, p. 169).

O cronograma escolar citado anteriormente faz a alusão às avaliações em larga escala que acontecem sistematicamente na escola observada, seja, em âmbito nacional ou estadual como, por exemplo: Prova Brasil, Provinha Brasil e Prova Alagoas. Avaliações estas que têm objetivos em comum: mensurar o desempenho dos estudantes e o ensino praticado na escola. Dessa forma, compreende-se que estas avaliações alteram, moldam e violam o trabalho pedagógico do professor, contribuindo para práticas fragmentadas e distantes do verdadeiro significado da educação escolar, a humanização dos sujeitos.

O que se percebe na escola observada e nas práticas desenvolvidas pela professora é que a organização do seu trabalho pedagógico escolar está significativamente voltada à preparação dos estudantes para as avaliações externas como (Prova Brasil, Provinha Brasil e Prova Alagoas), isto sinaliza um processo formativo extremamente frágil e superficial, superficial no sentido de mobilizar conhecimentos apenas para a execução e obtenção de resultados. O que se constitui uma ameaça ao processo humanizador que a educação escolar deve promover através da garantia do acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. De acordo com Freitas:

A finalidade da organização do trabalho pedagógico deve ser a produção de conhecimentos (não necessariamente original), por meio do trabalho com valor social (não do trabalho de faz de conta, artificial); a prática refletindo-se na forma de teoria que é desenvolvida à prática num circuito indissociável interminável de aprimoramento (FREITAS, 1995, p. 100).

É o que se constata na rede municipal de educação de Maceió, quando premia, contempla e gratifica os estudantes que alcançaram resultados significativos no simulado da Prova Brasil, quantificando, ranqueando e mensurando o “aprendizado” do estudante nas matrizes de referência da Prova Brasil. De acordo com o Plano de Desenvolvimento da

Educação (2011), a Prova Brasil acontece a cada dois anos e tem o objetivo de verificar e avaliar as habilidades e competências em Língua Portuguesa com foco na leitura, e matemática com foco na resolução de problemas. De acordo com a SEMED (2018), o Projeto Prova Brasil é planejado para preparar os alunos para a avaliação e aperfeiçoar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, acontecendo sistematicamente ‘aulões’ e simulados com todos os estudantes dos anos mencionados anteriormente. Ainda conforme a SEMED (2018), a premiação dos estudantes que atingiram a meta estabelecida, acontece desde 2015 com os alunos do 5º e 9º anos reunindo professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos e seus familiares.

Isto significa que a educação escolar está fortemente sendo influenciada e conduzida a um processo de padronização e nivelamento dos conhecimentos. O que implica que a dinâmica da instituição escolar e o ensino e aprendizagem estão sendo fragilizados, enfraquecidos e comprometidos em função do que chamam atualmente de “qualidade da educação”.

Nesse sentido, a escola encarrega-se de qualificar e considerar uma formação fundamentada em exames testes padronizados, permitindo uma precarização e um rebaixamento dos conhecimentos ofertados para as classes populares, o que impede de certo modo, uma formação integral e elege um conhecimento parcial das capacidades cognitivas, sociais, e políticas dos sujeitos (ARAÚJO e GAMA, 2017, p. 06).

A escola é um espaço de embate de projetos divergentes de sociedade e de formação. Apostamos na sua capacidade humanizadora, comprometida com a formação de sujeitos pensantes, capazes de atuar no sentido da transformação da sociedade. Isto quer dizer, que a escola não pode submeter o trabalho educativo aos interesses econômicos de precarização da formação dos trabalhadores. “A escola como um espaço de democratização dos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos, necessita cumprir sua função social de humanização e desenvolvimento dos sujeitos, sem distinção de classe” (ARAÚJO e GAMA, 2017, p. 09).

De acordo com o Governo do Estado de Alagoas (2018), foram disponibilizados mais de 700 planos de aula de Matemática de forma gratuita para professores da rede estadual de Alagoas, em parceria com a Revista Escola Nova, Fundação Lemann e Google. Este conjunto de dispositivos visa abrir o campo educacional para “empresas educacionais confiáveis” do mercado de consultoria, materiais didáticos, processos de apostilamento, avaliação, venda de tecnologia, entre outras. Operam na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados que permitem elevar o grau de controle sobre a

educação, a título de garantir a obtenção de metas e índices nas avaliações externas. (FREITAS, 2014).

Com base nesse cenário educacional está explicitamente nítido que os professores são impulsionados a não planejarem mais seu trabalho pedagógico escolar, articulando – o que e como ensinar – tendo em vista a elevação da consciência dos sujeitos. Dessa maneira, há uma redução e uma limitação ainda maior da autonomia do professor no processo formativo, entretanto, apesar dessa limitação, os professores são fortemente responsabilizados pelo mau desempenho da escola no IDEB. De acordo Freitas:

A sala de aula e a escola não são uma linha de produção sobre a qual pode-se cravar uma série de relógios que indicam se a produção está sendo segundo as metas ou se está havendo algum “desvio”. Muito diferente disso a escola e a sala de aula se assemelham a uma rede de relações multilaterais que não deve sofrer interferências não planejadas de fora, e na qual as ações devem ser acordadas, ou seja, negociadas entre os variados participantes do processo. Ações não planejadas de fora para dentro destroem a confiança relacional vital para o desenvolvimento de um trabalho que é antes colaborativo entre seus participantes. A ideia da concorrência que orienta os negócios dos empresários e que se expressa no “premiar”, punir e corrigir os desvios da meta” não é boa para a educação, simplesmente porque esta não é uma atividade concorrencial (FREITAS, 2014, p. 1099).

A partir dessa perspectiva pode-se compreender que além das avaliações externas já expostas no cenário educacional brasileiro, a BNCC encaminha-se para avançar no controle da prática pedagógica da escola. De acordo com o Governo do Estado de Alagoas (2018), até 2019, a Revista Escola Nova disponibilizará materiais estruturados e gratuitos para todas as disciplinas da BNCC do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. Ou seja, materiais planejados, classificados, determinados e articulados para limitar o ensino e aprendizagem dos envolvidos no processo formativo dessas etapas de ensino.

A partir da perspectiva da classificação de materiais estruturados, Marsiglia et al (2017), aponta que a classe empresarial vem atuando nesse segmento de forma sistemática, sugerindo e subordinando ao mesmo tempo as escolas públicas a se apropriarem de materiais que não conduzem às formas mais desenvolvidas e adequadas de desenvolvimento humano. O que há são adaptações e materiais cada vez mais empobrecidos à classe trabalhadora. Esta atuação é fruto de concepções que visam distanciar o sujeito dos conhecimentos sistematizados e elaborados, em prol de índices que atestem a qualidade da educação básica por meio dos resultados do IDEB. Nesse sentido Marsiglia et al. (2017, p. 13) define que:

Por outro lado, essa concepção de currículo presente na Base corresponde também à expectativa do desenvolvimento de uma certa “capacidade” que os alunos devem ter para responder aos famosos testes padronizados, que dominam o sistema de avaliação institucional brasileiro e que são o instrumento de implantação de uma gestão por resultados com a responsabilização da ponta do sistema - redes municipais, escolas e professores -, pelo desempenho escolar, tirando a obrigação do Estado e estimulando, por meio da chamada “gestão democrática”, as parcerias com

(85) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

os agentes privados, ou mesmo a transferência de redes inteiras para a gestão das chamadas Organizações Sociais – OS.

De acordo com Freitas:

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado adequado para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas a necessidade dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado o “básico” (FREITAS, 2014, p. 1090).

Partindo do pressuposto de que as “atividades escolares” estão subsumidas às avaliações em larga escala, ranqueando os alunos, professores e escolas, moldando o ensino e a aprendizagem, é necessário enfatizar que a partir desse panorama, os professores estão sendo impelidos a cumprir o papel de meros executores. É o que já acontece na turma observada do 5º ano a qual mencionamos anteriormente. A professora cumpre o papel de executora, orienta-se a partir das matrizes de referência de *Língua Portuguesa e Matemática* disciplinas cobradas nas avaliações externas. Neto e Aquino destacam:

Diante das dificuldades que se impõe atualmente à melhoria da qualidade da educação, a avaliação destaca-se como um conjunto de conhecimentos imprescindíveis ao cotidiano docente, na medida em que se constitui como prática reflexiva do processo ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pensar em avaliação no contexto escolar significa pensar em tomada de decisões dirigidas a melhorar o ensino e conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. Refletir sobre como direcionar a avaliação para esse caminho supõe pensar no objetivo de avaliar, pergunta-se sobre as funções das avaliações (NETO e AQUINO, 2009, p.224)

As observações realizadas nesta escola e turma indicam que a professora trata apenas dos conteúdos cobrados da Prova Brasil e demais avaliações externas, de modo a alcançar um bom resultado no IDEB. Ou seja, a escola e a professora são pressionados para limitarem o planejamento pedagógico, definindo o *como* e o *que ensinar*, a partir do que é exigido e mensurado pelas avaliações externas. O que se configura uma violência à sua autonomia de planejar e desenvolver metodologias que proporcionem o desenvolvimento dos seus alunos nas suas máximas potencialidades. Desse modo, entende-se que o trabalho pedagógico desenvolvido pela professora da escola pública observada é conduzido, substancialmente, por conteúdos e métodos que contribuem para o rebaixamento da formação dos alunos, pertencentes, justamente às camadas populares.

Conclusões

O referido estudo nos faz refletir e concluir que as avaliações externas são instrumentos capazes de controlar e padronizar o ensino que é ofertado na escola. Pode-se perceber ainda, que as atividades escolares fundamentadas nas avaliações externas estão comprometendo e fragmentando a organização do trabalho pedagógico escolar, ou seja, há um distanciamento entre a ação educativa desenvolvendo e humanizadora, e a intencionalidade dos resultados das avaliações em larga escala.

Entendemos que a autonomia do trabalho pedagógico escolar, planejado e desenvolvido coletivamente, deve ser resgatada e defendida, tendo em vista o princípio do direito de ensinar e aprender. Portanto, como enfatizamos no início deste artigo, nossa intenção é contribuir com a reflexão pedagógica, problematizando a real função das avaliações seja, em âmbito externo ou interno, tendo em vista o papel da educação escolar na formação dos sujeitos.

Referências

ARAÚJO, A. J. S; GAMA, C. N. As avaliações externas e seus efeitos nos anos iniciais de uma escola da educação básica da rede pública de Maceió. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2017, João Pessoa-PB. **Anais IV CONEDU**. Campina Grande-PB: Realize Eventos & Editora, 2017. v. 1. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>>. Acesso em: 02 de fev. de 2018.

BRASIL. Política Externa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15584-o-brasil-e-a-ocde/>>. Acesso em: 17 de mar. de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2017. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 02 de out. de 2017. FERNANDES, C. O.; FREITAS, L. C. Indagações sobre o Currículo: currículo a avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2018.

FREITAS, L. C de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papiros, 1995.

_____. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas v.35, nº129, p. 1085-1114, out, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Planos de aula de matemática para professores. Disponível em: <<http://www.educacao.XX.gov.br/noticia/item/16417-parceria-disponibiliza-mais-de-700-planos-de-aula-de-matematica-para-professores>>. Acesso em: 24 de mar. de 2018.

MARSIGLIA, A. C. G. et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Revista Germinal: Marxismo e educação em Debate*, v. 9, n. 1, 2017.

MEC. Avaliações da Aprendizagem. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/inicio/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>>. Acesso em: 17 de mar. de 2018.

_____. IDEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGlvbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2NCZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09aWRIYiZkPXMmcGFyYW1zW2RlXT0mcGFyYW1zW2F0ZV09JnBhcmFtc1tjYXRpZF09JnBhcmFtc1tzZWYy2hfbWV0aG9kXT1hbGwmcGFyYW1zW29yZF09cHI>. Acesso em: 23 de mar. de 2018.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação 2011. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

LARANZETTI, L. M. Uma palavra sobre o currículo na Educação Infantil. In: BAURU. **Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP**: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

NETO, A. L. G; AQUINO, J. L. F. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.02, p223-240, ago. 2009. Publicado em 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br> >. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Premiação do Simulado da Prova Brasil. <www.maceio.al.gov.br/2018/03/alunos-participam-de-premiacao-do-simulado-prova-brasil/23/>. Acesso em: 23 de mar. de 24 de 2018.